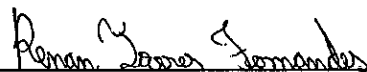
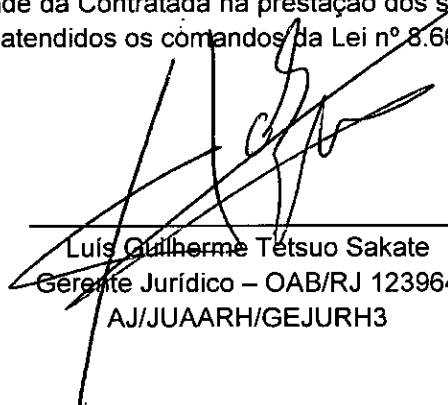


INFORMAÇÃO DE ADITIVO A CONTRATO ADMINISTRATIVO**ADVOGADO:** Renan Torres Fernandes**ÁREA DEMANDANTE:** ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS**CONTRATADA:** CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**CNPJ:** n.º 00.360.305/0001-04**CONTRATO:** OCS nº 213/2015**OBJETO DO CONTRATO:** prestação de serviços de avaliação de imóveis urbanos de propriedade da Contratante ou de seu interesse, para fins de alienação, locação, arrendamento, seguros e outros fins.**ADITIVO:** 02**FINALIDADES DO ADITIVO:** (i) prorrogar o prazo de vigência do CONTRATO OCS nº 213/2015, de 29/06/2015, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 29/06/2017 e término em 28/06/2018; e (ii) alterar as redações das Cláusulas Segunda, Quarta, Décima Primeira e Décima Segunda e, inserir a Cláusula Décima Sétima ("Da Conduta Ética da Contratada e da Contratante"), em virtude de novos normativos vigentes no âmbito do Sistema BNDES.**VALOR ORIGINAL DO CONTRATO:** até R\$ 210.785,70 (duzentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).**VALOR ATUAL DO CONTRATO:** até R\$ 210.785,70 (duzentos e dez mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos).**PRONUNCIAMENTO JURÍDICO:** Nota AJ/JUAARH/GEJURH3 nº 321/2017, de 22/06/2017.**AUTORIZAÇÃO PARA O ADITIVO Nº 02:** proferida no âmbito da IP AARH/DELOP/GPAT nº 031/2017, de 19/06/2017, em 23/06/2017.

CERTIDÃO	VALIDADE
Contribuições Previdenciárias e de Terceiros e de Tributos Federais e Dívida Ativa da União	30/08/2017
CRF - FGTS	02/08/2017
Justiça do Trabalho (CNDT)	06/11/2017
CN – Improbidade Administrativa (CNJ)	Indeterminada
Nada Consta – CEIS (Portal da Transparência)	Indeterminada
Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)	Indeterminada

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO Nº 02: 28/06/2017**OBSERVAÇÕES AO TEXTO DO ADITIVO:** destaca-se que o texto do Aditivo atendeu às solicitações elaboradas pela CAIXA, tendo em vista a natureza da contratação, decorrente de inexigibilidade de licitação, em virtude da notoriedade da Contratada na prestação dos serviços de avaliação imobiliária. Ressalta-se que restaram atendidos os comandos da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 13.303/2016.Renan Torres Fernandes
Advogado – OAB/RJ 167862
AJ/JUAARH/GEJURH3Luís Guilherme Tetsuo Sakate
Gerente Jurídico – OAB/RJ 123964
AJ/JUAARH/GEJURH3



Classificação do documento: Ostensivo

Sem restrição de acesso

Unidade gestora: AJ/JUAARH

CONTRATO OCS N.º 213/2015

CONTRATO SAP N.º 4400001270

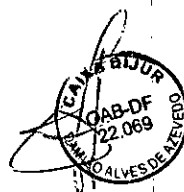
**ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL – CAIXA, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Capital Federal, e serviços nesta Cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado por **ANDRÉ LUIS DE BARROS MENDES**, brasileiro, casado, empregado público, Chefe do Departamento de Administração Geral da Área de Administração e Recursos Humanos do BNDES, portador da Carteira de Identidade n.º 08.958.598-8, expedida pelo IFP/RJ, CPF n.º 020.682.617-66, na forma do seu Estatuto Social, e **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF no SBS Quadra 04, lotes 3/4, CEP 70092-900, inscrita no CNPJ sob n.º 00.360.305/0001-04, neste ato representada por **ANNA PAULA CUNHA**, brasileira, solteira, engenheira civil, empregada pública, portadora da Carteira de Identidade n.º 22.591.373-2, expedida pela SSP/SP, CPF n.º 201.892.408-73, de acordo com o seu Estatuto Social, nos termos da IP AARH/DELOP/GPAT n.º 031/2017, de 19/06/2017, autorizada em 23/06/2017, em conformidade com a rubrica orçamentária n.º 3102200020 (SAP) e unidade orçamentária n.º BN33003000 (AARH/DELOP), observado o disposto no art. 57, inc. II da Lei n.º 8.666/93, celebram o presente Aditivo n.º 02 ao **CONTRATO OCS n.º 213/2015**, de 29/06/2015, conforme os termos abaixo:

OCS 213/2015 – Aditivo n.º 2
N.º SAP 4400001270

Renato Torres Fernandes
Advogado do BNDES
OAB/RJ 167862

1



CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADES:

O presente Aditivo tem por finalidades:

- a) prorrogar o prazo de vigência do **CONTRATO OCS nº 213/2015**, de 29/06/2015, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 29/06/2017 e término em 28/06/2018; e
- b) alterar as redações das Cláusulas Segunda, Décima Primeira e Décima Segunda e, inserir a Cláusula Décima Sétima ("Da Conduta Ética da Contratada e da Contratante"), em virtude de novos normativos vigentes no âmbito do Sistema **BNDES**.

Parágrafo Único

Em decorrência das finalidades supramencionadas, inclui-se a Cláusula Décima Sétima ("DA CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE") e altera-se a redação das Cláusulas Segunda ("DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE"), Quarta ("DA VIGÊNCIA"), Décima Primeira ("DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS") e Décima Segunda ("DA RESCISÃO CONTRATUAL"), que passam a vigorar da seguinte forma:

CONTRATO OCS nº 213/2015**"CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete à CONTRATANTE: (...)

j) fornecer à CONTRATADA, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 29/06/2017 e término em 28/06/2018, podendo, por interesse das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
(...)

Parágrafo Único

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, ocorrendo qualquer das seguintes hipóteses: (...)

X. em decorrência da caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual, e apurado pela autoridade competente, por meio do devido processo administrativo e/ou judicial.

(...)

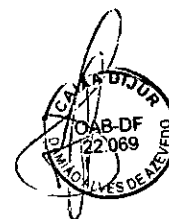
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

A CONTRATADA e a CONTRATANTE comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores,



empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo; e

II. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO:

Permanecem em vigor e inalteradas as demais cláusulas do **CONTRATO**, não importando este Instrumento Contratual Aditivo de n.º 02 em novação.

As folhas deste Instrumento Contratual Aditivo são rubricadas por Renan Torres Fernandes, advogado do **BNDES** (OAB/RJ 167862), por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

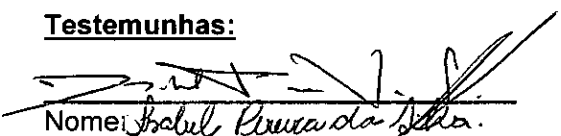
Rio de Janeiro, 28 de junho de 2017.

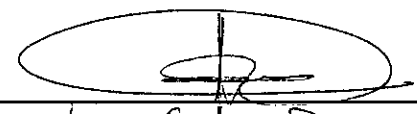

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES


CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CAIXA

ANNA PAULA CUNHA
Gerente Nacional
Matrícula: 066.135-1
GN Patroniz Normas Téc. Const. Civil
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Testemunhas:

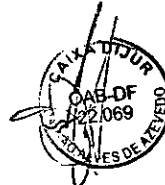

Nome: Fabril Ruy da Silva
CPF: 152.308.094-36


Nome: Ws Carlos Renato Cress
CPF: 268.599.471-87

OCS 213/2015 – Aditivo nº 2
Nº SAP 4400001270

Renan Torres Fernandes
Advogado do BNDES
OAB/RJ 167862

4





Classificação do documento: Ostensivo

Sem restrição de acesso

Unidade gestora: AJ/JUAARH

CONTRATO OCS N.º 213/2015

CONTRATO SAP N.º 4400001270

**ADITIVO N.º 02 AO CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE
SI CELEBRAM O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES E A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL – CAIXA, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Capital Federal, e serviços nesta Cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Av. República do Chile, n.º 100, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 33.657.248/0001-89, doravante denominado simplesmente **BNDES**, neste ato representado por ANDRÉ LUIS DE BARROS MENDES, brasileiro, casado, empregado público, Chefe do Departamento de Administração Geral da Área de Administração e Recursos Humanos do BNDES, portador da Carteira de Identidade n.º 08.958.598-8, expedida pelo IFP/RJ, CPF n.º 020.682.617-66, na forma do seu Estatuto Social, e **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, empresa pública federal, com sede em Brasília – DF no SBS Quadra 04, lotes 3/4, CEP 70092-900, inscrita no CNPJ sob n.º 00.360.305/0001-04, neste ato representada por ANNA PAULA CUNHA, brasileira, solteira, engenheira civil, empregada pública, portadora da Carteira de Identidade n.º 22.591.373-2, expedida pela SSP/SP, CPF n.º 201.892.408-73, de acordo com o seu Estatuto Social, nos termos da IP AARH/DELOP/GPAT n.º 031/2017, de 19/06/2017, autorizada em 23/06/2017, em conformidade com a rubrica orçamentária n.º 3102200020 (SAP) e unidade orçamentária n.º BN33003000 (AARH/DELOP), observado o disposto no art. 57, inc. II da Lei n.º 8.666/93, celebram o presente Aditivo n.º 02 ao **CONTRATO OCS n.º 213/2015**, de 29/06/2015, conforme os termos abaixo:

OCS 213/2015 – Aditivo n.º 2
N.º SAP 4400001270

Renan Torres Fernandes
Advogado do BNDES
OAB/RJ 167862

1



CLÁUSULA PRIMEIRA – FINALIDADES:

O presente Aditivo tem por finalidades:

- a) prorrogar o prazo de vigência do **CONTRATO OCS nº 213/2015**, de 29/06/2015, pelo período de 12 (doze) meses, com início em 29/06/2017 e término em 28/06/2018; e
- b) alterar as redações das Cláusulas Segunda, Décima Primeira e Décima Segunda e, inserir a Cláusula Décima Sétima ("Da Conduta Ética da Contratada e da Contratante"), em virtude de novos normativos vigentes no âmbito do Sistema **BNDES**.

Parágrafo Único

Em decorrência das finalidades supramencionadas, inclui-se a Cláusula Décima Sétima ("DA CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE") e altera-se a redação das Cláusulas Segunda ("DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE"), Quarta ("DA VIGÊNCIA"), Décima Primeira ("DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS") e Décima Segunda ("DA RESCISÃO CONTRATUAL"), que passam a vigorar da seguinte forma:

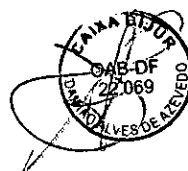
CONTRATO OCS nº 213/2015**"CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Compete à CONTRATANTE: (...)

j) fornecer à CONTRATADA, quando solicitado ao Gestor do Contrato, cópia do Código de Ética do Sistema BNDES, da Política de Conduta e Integridade no âmbito das licitações e contratos administrativos, da Política Corporativa Anticorrupção do Sistema BNDES e da Política Corporativa de Segurança da Informação do BNDES.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com início em 29/06/2017 e término em 28/06/2018, podendo, por interesse das partes, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o limite estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei 8.666, de 1993.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(...)

Parágrafo Único

No caso de atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, observar-se-ão os termos da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o Contrato, ocorrendo qualquer das seguintes hipóteses: (...)

X. em decorrência da caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual, e apurado pela autoridade competente, por meio do devido processo administrativo e/ou judicial.

(...)

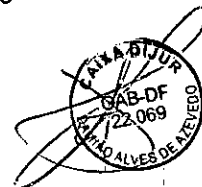
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CONDUTA ÉTICA DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

A CONTRATADA e a CONTRATANTE comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta em preceitos éticos e, em especial, na sua responsabilidade socioambiental.

Parágrafo Primeiro

Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores,



empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo; e

II. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO:

Permanecem em vigor e inalteradas as demais cláusulas do **CONTRATO**, não importando este Instrumento Contratual Aditivo de n.º 02 em novação.

As folhas deste Instrumento Contratual Aditivo são rubricadas por Renan Torres Fernandes, advogado do **BNDES** (OAB/RJ 167862), por autorização do representante legal que o assina.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, redigido em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2017.

André Luis de B. Mendes
Chefe de Departamento
AJAR/DEPAR

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

ANNA PAULA
Gerente Nacional
Matrícula: 066.135-1
GN Padroniz. Normas Téc. Const. Civil
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Testemunhas:

Nome: *Robel Pereira da Silva*
CPF: 152.308.094-36

Nome: *WIS Carlos Gomes Casus*
CPF: 268.599.471-87

OCS 213/2015 – Aditivo nº 2
Nº SAP 4400001270

Renan Torres Fernandes
Advogado do BNDES
OAB/RJ 167862

4

